

-----ATA NÚMERO 15/2016-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM VINTE E UM DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E  
DEZASSEIS.**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência da Senhora Vice-Presidente Idalina Perestrelo Luis, estando presentes os Senhores Vereadores: Bruno Miguel Camacho Pereira, Domingos Manuel Martins Rodrigues, Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes, ainda, o Senhor Ênio Vieira Martins, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, da CDU, bem como a Senhora Alicia Maria Faria Abreu, da Mudança, que preenche, ao abrigo da mesma disposição legal, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência do Senhor Presidente.-----

---Além dos acima mencionados, estiveram também presentes os

Adjuntos da Vereação, Ênio Câmara, João Beja, Sandra Silva e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, a Senhora Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - Iniciando este período, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou, novamente, o ponto de situação em relação ao pedido efetuado pela Casa do Povo de Santa Maria Maior sobre a “Expotropical”, tendo a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, respondido que segundo parecer dos serviços o pedido já fora autorizado.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou a posição da Autarquia relativamente ao encerramento do parque de estacionamento da Praia Formosa e que medidas pretende tomar.-----

----- - Sobre esta questão, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que desde o ano passado que os proprietários pretendiam encerrar o parque, não se tendo verificado devido às diligências feitas pelo Executivo junto dos mesmos, reconhecendo, no entanto, que como proprietários têm o direito a o fazer, estando neste momento a Autarquia a estudar possíveis alternativas.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou o facto de ter sido o administrador da Empresa “Frente MarFunchal”, a prestar declarações à Comunicação Social e não o Executivo camarário, sobre um possível arrendamento do espaço.--

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, a este propósito, disse não existir qualquer proposta de arrendamento por parte dos proprietários. “Informo ainda que os blocos foram colocados na entrada e saída do parque não impedindo o acesso dos meios de socorro à praia”, acrescentou-----

----- - Ainda relacionado com este assunto, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que a Autarquia está a tentar arranjar soluções alternativas de modo a não criar constrangimentos no acesso à praia.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, lembrou que no início de dois mil e quinze questionara o Senhor Presidente sobre este assunto, bem como o acesso à praia e às infraestruturas ali existentes, tendo sido esclarecido que a Autarquia estaria em negociações com os proprietários do terreno, sendo que, e perante a decisão agora tomada, parece ter havido um rompimento nas negociações.-----

---Acrescentou ainda que a Empresa proprietária emitira um comunicado em que afirmava ter apresentado um estudo prévio, ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, refutou dizendo não existir qualquer processo formal de estudo prévio para o referido local.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou acerca da compensação indemnizatória sobre as infraestruturas, tendo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informado que as infraestruturas da Autarquia serão retiradas do local.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, e pelo facto do Plano da Praia Formosa se encontrar em vigor, opinou que a Autarquia deveria, em articulação com o Governo Regional, proceder à suspensão ou revogação do mesmo.-----

-----Seguidamente, este mesmo Vereador questionou o cumprimento dos preçários de alguns estacionamento, nomeadamente o do Hospital Cruz de Carvalho.-----

----- - Em relação a esta questão, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que o preçário do estacionamento do Hospital, assim como de outros parques, foram presentes à Reunião camarária realizada em vinte e sete de julho de dois mil e seis, ao que o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, acrescentou que a Autarquia não aprovara o tarifário, mas sim a conformidade do mesmo relativamente aos quinze minutos iniciais, não sendo da competência da Câmara aprovar os tarifários uma vez que os preços são livres.-----

-----Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, inquiriu o motivo da Linha Eco de Transportes Públicos ter deixado de operar, anunciado como uma

“revolução” na mobilidade do centro do Funchal, solicitando esclarecimentos à Empresa.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu que a informação prestada pela Empresa Horários do Funchal prende-se com o facto de que as viaturas que operavam nesta linha chegaram ao fim de vida útil não tendo sido possível proceder à sua substituição.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, acrescentou que a linha se encontra a funcionar mas noutros moldes, com carrinhas mais pequenas.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que a linha em referência teria como principal objetivo preencher uma lacuna existente nos transportes públicos dentro do centro da cidade, devido à proibição de circulação destes transportes no centro, mas do ponto de vista da fiabilidade não correspondeu às expetativas.-----

----- - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador Ênio Martins, disse que a CDU sempre defendeu a construção do novo hospital, a sua localização em Santa Rita, assim como a elaboração do Plano de Urbanização. Afirmou que hoje todos reconhecem a importância estratégica deste projeto e deste investimento, pelo que tal representa em termos da prestação de cuidados de saúde, de impacto socioeconómicos, de criação de uma nova centralidade, de desenvolvimento local.-----

---De seguida referiu que é com alguma preocupação que verificou

que a comunicação social fez eco de falta de coordenação e colaboração entre a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Regional, colocando, de certa forma, o Município como sendo responsável pelos atrasos ou demoras no processo. Considerou que, dado a importância do assunto em causa tal merece uma clarificação por parte da Câmara Municipal. Solicitou ainda mais esclarecimentos, nomeadamente se têm existido reuniões entre a Autarquia e o Governo Regional e, caso tal tenha sucedido, que compromissos foram assumidos entre as duas entidades. Finalmente perguntou se, dado o período de indecisão que se seguiu após a revogação da decisão do Governo Regional em construir o hospital em Santa Rita, foram licenciados por parte da Câmara Municipal, projetos para a área abrangida pelo projeto do hospital, dadas as implicações que tal teria para futuras indemnizações.-----

----- - Respondendo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que, até ao momento, apenas fora recebido um pedido de audiência de interessados ao qual a Câmara dará o respetivo parecer.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, relembrou uma questão, já referida anteriormente, sobre o mau funcionamento (avaria) na porta da garagem do Conjunto Habitacional Viveiros III, assim como outras falhas ao nível do intercomunicador e falta de limpeza na casa do lixo, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informou que

estariam a analisar os contratos existentes e atentos a esta situação.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015:** -

Foram presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos à gerência de um de janeiro a trinta e um de dezembro do ano dois mil e quinze, que se encontram definidos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como os elencados no anexo I da Resolução n.º 4/2001- 2ª Secção do Tribunal de Contas, os quais se dão aqui como reproduzidos, ficando, por fotocópia, arquivados em pasta própria.-----

---Os documentos indicam no saldo da gerência anterior o valor de € 2.555.671,85 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos). Em termos de execução orçamental as receitas totalizam o valor de € 70.363.785,54 (setenta milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos) e as despesas o valor de € 70.579.811,36 (setenta milhões, quinhentos e setenta e nove mil, oitocentos e onze euros e trinta e seis cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se uma entrada de fundos no montante de € 6.550.155,34 (seis milhões, quinhentos e cinquenta mil, cento e cinquenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos) e uma saída de fundos no montante de €

6.623.382,92 (seis milhões, seiscentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e dois euros e noventa e dois cêntimos), resultando um saldo para a gerência seguinte de € 2.266.418,45 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e dezoito euros e quarenta e cinco cêntimos). A Demonstração dos Resultados apresenta um resultado líquido do exercício de € 3.469.217 (três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, duzentos e dezassete euros). O Balanço apresenta o valor de € 1.039.161.099 (mil e trinta e nove milhões, cento e sessenta e um mil, noventa e nove euros).-----

---Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Paulo Atougua, do PSD, começou por estranhar a ausência do Senhor Presidente na apresentação das contas da Autarquia, no momento em que é feito um balanço da ação do Executivo e ultrapassado que foi mais de metade do mandato, o que não pode deixar de ser interpretado como um desrespeito perante os restantes Vereadores e, sobretudo, em relação à própria vereação executiva. Sobretudo considerando que tal ausência se deverá a uma visita à África do Sul e Namíbia onde, conforme tem sido publicamente noticiado, grande parte da temática abordada, como a segurança, o terrorismo, os modelos de educação e os transportes aéreos internacionais, escassa relação tem com as competências municipais e a vida da Cidade e dos seus munícipes.-----

---Seguidamente referiu que: “Quanto à elaboração da Prestação de Contas não vamos questionar o rigor do documento e os benefícios



da diminuição da dívida do Município, mas manifestamos a nossa discordância em que se veja tal redução como um fim absoluto, sobretudo quando é obtida – porque a despesa corrente com fornecimentos e serviços de terceiros aumenta 7% - à custa da retração do investimento e da despesa social. Como deve ser evidente, a redução de dívida meritória é aquela que é obtida mantendo a despesa pública fundamental, o que não sucedeu no Funchal”.-----

---Prosseguindo, opinou que “a questão é que, para além do nevoeiro de propaganda, área onde o Município não se tem poupado a despesas, a preocupante realidade latente nestas Contas é a de uma cidade com a economia estagnada, e a de uma Câmara que, num contexto de crise, pouco tem feito para ajudar os munícipes mais carenciados, os investidores e as empresas. Vejamos alguns exemplos que demonstram esta constatação e que estão para além das habituais desculpas quanto às dificuldades financeiras do Município: as receitas com as licenças de obras diminuíram, em relação a 2014, 29%, enquanto na taxa municipal de urbanismo a Câmara perdeu 45% da receita do ano anterior e nas licenças de habitabilidade arrecadou menos 86%, números altamente preocupantes sobretudo num ano em que as transações imobiliárias entre privados cresceram, como o aumento de 78% da receita com o IMT evidencia.”-----

---Continuando, referiu: “Outra regressão significativa é a diminuição dos valores de venda dos resíduos para reciclar em

31%, o que parece traduzir um desinvestimento no enorme esforço de educação e sensibilização ambiental que foi feito ao longo de tantos anos. Mas o melhor exemplo do que é a diferença entre o discurso e a prática deste Executivo surge no relatório de atividades onde, dando conta da execução do Fundo de Investimento Social, com uma dotação anual de um milhão de euros, se conclui que a despesa em 2015 foi de €95.000 – ou seja, menos de um décimo do previsto - e que, dos cinco programas de apoio social, todos anunciados em grandes parangonas, três não tiveram qualquer execução, ou seja, não apoiaram qualquer família em 2015!. Finalmente, porque bem ilustrativa das prioridades da Câmara, refiram-se duas modificações ao orçamento inicial, ocorridas durante o exercício de 2015: por uma parte, diminui-se cerca de um milhão de euros na rubrica “viadutos, arruamentos e obras complementares”, enquanto por outro lado se reforça em mais de €200.000 a despesa em Estudos, Pareces e Consultadoria”.

---Concluindo, disse que “Assim, embora mantenhamos a posição de nos abstermos na presente votação para permitir a discussão da Prestação de Contas em Assembleia Municipal, não podemos de fazer um balanço muito negativo da ação e das prioridades deste Executivo, que este documento tão bem reflete, e manifestar a nossa preocupação com o rumo da Cidade”.

---Intervindo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, começou por discordar do referido pelo Senhor Vereador do PSD,

Paulo Atouguia, no que se refere à ausência do Senhor Presidente, afirmando ter já acontecido situação semelhante anteriormente, pelo menos três vezes com o anterior presidente, realçando como ponto positivo a diminuição da dívida, sem ter ao dispor os recursos do passado, nomeadamente o recurso a quadros comunitários.-----

---Continuando, lembrou a aprovação da redução de algumas taxas urbanísticas decorrentes da ARU, e relativamente aos resíduos evocou a dívida da ARM com a qual a Autarquia está a fazer um encontro de contas, tendo a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, acrescentado que, relativamente a este assunto, também a Autarquia estaria a ser penalizada pelo facto dos grandes produtores estarem a trabalhar com empresas privadas, que por sua vez têm dívidas com a Câmara.-----

---Prosseguindo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu a adjudicação de mais projetos e a necessidade de alocar estas despesas reportando, por último, à receita do IRS que o Município ainda não recebera.-----

---Terminando, este mesmo Vereador, citou a afirmação “não troca o cumprimento das boas práticas orçamentais pelo endividamento para fazer face à gestão corrente.”-----

---Intervindo o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu: “O Orçamento e a Prestação de Contas é uma radiografia das políticas do Executivo, não estando em causa a radiografia, mas sim o facto da cidade se encontrar em letargia, sem crescimento, sendo o

principal objetivo o de pensar naquela.”-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse: “Existiu uma poupança nos dois primeiros anos, para gastar nos últimos dois. Tecnicamente a prestação de contas está correta, mas o que interessa saber é para onde foi canalizada a receita e este vê-se pelos níveis de investimento escasso, tanto económico como do fundo de investimento social e pela diminuição de impostos específicos da Autarquia. Esta Prestação de Contas é o reflexo político das opções da Mudança. O nosso sentido de voto é de abstenção remetendo para a Assembleia Municipal a sua discussão.”-----

---Por último, o Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, referiu que esta Prestação de Contas apresentava aspetos positivos em termos de gestão, mencionando entre os exemplos a redução da dívida a fornecedores, a diminuição dos prazos de pagamento aos mesmos, o cumprimento do limite da dívida relevante e o que isso permitiu em termos de equilíbrio da gestão e como tal torna-se importante para o Município em termos futuros. No entanto, considerou negativo o facto de não existir praticamente investimento no Concelho. Relembrou um conjunto de propostas feitas pela CDU relativamente ao investimento nas zonas altas e bairros sociais que não tiveram nenhuma concretização, assim como o constante adiar da revisão do Plano Diretor Municipal. Afirmou que iria optar pela abstenção, reservando uma discussão e intervenção mais pormenorizada para a Assembleia Municipal.-----

--- - Colocados à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do número um do artigo trinta e três e alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

## **2 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----**

----- - **Empreitada de “Obra de Adaptação para a Loja do Município” – Adjudicação:** - A Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Vereador Miguel Gouveia, datado de onze do corrente mês, que aprovou a adjudicação da empreitada de “Obra de Adaptação para a Loja do Município”, à Tecnovia Madeira – Sociedade de Empreitadas, S.A., pelo valor total de € 181.800,01 (cento e oitenta e um mil oitocentos euros e um centímo), acrescido do IVA e pelo prazo de execução de cento e oitenta (180) dias.-----

----- - **Auto de Vistoria para efeitos de liberação de garantias bancárias – Empreitada de “Remodelação das Piscinas do Lido – Consolidação da Plataforma da Piscina e Proteção Marítima”:** -

Presente informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 64/JP/DIE/2016), acompanhada do Auto de Vistoria respeitante à empreitada de “Remodelação das Piscinas do Lido – Consolidação da Plataforma da Piscina e Proteção Marítima”, para efeitos de liberação da caução prestada, conforme estipulado no número do artigo quarto do Decreto Legislativo Regional número trinta/dois mil e treze/M, de dez de dezembro, tendo a Câmara, por unanimidade, deliberado aprovar.-----

### **3 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS**-----

----- - **Prorrogação do prazo de pagamento:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, prorrogar o prazo de pagamento de apoios financeiros, até trinta e um de dezembro do corrente ano, às entidades que, por falta de documentação, não celebraram os respetivos protocolos de cooperação. A referida lista, ficará, por fotocópia a constituir o anexo (A) à presente ata.-----

---Em relação a este processo, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, questionou se esta falha fora apenas da responsabilidade das instituições ou se de ambas as partes, ou seja, associações e Câmara.-----

---A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, respondeu ter havido problemas com a validade das certidões da Segurança Social e das Finanças de várias instituições que acabaram por ter repercussões na produção da documentação interna necessária.----

### **4 – MERCADOS MUNICIPAIS:**-----

----- - **Atribuição do direito de exploração do stand número 8**

**do Mercado dos Lavradores – adjudicação:** - Considerando que: O júri do concurso para “Atribuição de direitos de exploração de diversos espaços destinados a atividade comercial no Mercado Municipal dos Lavradores”, elaborou o segundo relatório final de análise das propostas apresentadas para o stand número oito (8), resultando a seguinte proposta de adjudicação: Stand 8 – frutas transformadas – adjudicatário – Elisabete da Silva Azevedo, valor da adjudicação - € 600,00 (seiscentos euros), a Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no número três do artigo cento e quarenta e oito do Código dos Contratos Públicos, concordar com a proposta do júri e adjudicar o espaço acima referido, nos termos propostos. Deliberou ainda aprovar a minuta do contrato a celebrar com a respetiva adjudicatária.-----

**5 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES:** - A pedido da Empresa Net-Criações, Lda., a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação do Departamento de Ambiente (refª 1009/DA/2016), aprovar o pagamento dos danos materiais causados pelo deslizamento dum contentor (papelão de 1100 L), num placard publicitário, situado à entrada da Pontinha, no valor de € 190,00 (cento e noventa euros).-----

----- - Relativamente ao pedido formulado por José Bruno de Castro Pereira (procº 10146/2016), a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Gestão de Frota (refª 80E/DIE/DGF/2016), aprovar a indemnização no valor de €

115,90 (cento e quinze euros e noventa cêntimos), referente aos danos causados na viatura, marca “Skoda”, (matrícula 56-CZ-52), devido ao levantamento de uma adufa de água potável, no Caminho do Palheiro, número vinte e quatro.-----

**6 - SANEAMENTO BÁSICO:**-----

----- - **Pagamento de dívidas em prestações:** - Acompanhado da informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico (datada de 15.04.16), foi presente o requerimento de Tolentino Pereira Martins (procº 9055/16), solicitando o pagamento em três (3) prestações da dívida de € 1.064,26 (mil e sessenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos), referente ao consumo de água do mês de fevereiro do ano em curso, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

**7 - URBANISMO:**-----

-----**7.1 - Loteamento:** - Perante o requerimento de Vasco da Silva da Câmara (procº. 6407/16, sub-procº. 2009000533), solicitando a alteração dos parâmetros urbanísticos do lote número dois do loteamento número dezassete/mil novecentos e noventa e um, situado ao Caminho do Padre Caldeira, freguesia de São Martinho, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir, nos termos da informação da Divisão de Gestão Urbanística (refª OAF/62/DGU/2016).-----

-----**7.2 - Obras Particulares:** - Perante o projeto de arquitetura referente às obras de demolição/reabilitação/reconstrução e ampliação do edifício localizado à Rua das Hortas, número treze a



vinte e um, freguesia da Sé, apresentado por OUTRINVEST, .Unipessoal, Lda. (proc° 8631/16, sub-proc° 2015000284), a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir com base na informação da Divisão de Gestão Urbanística (refª CH 98/2016).-----

----- - Relativamente ao projeto de ampliação do prédio situado na Rua da Infância, número dezassete e Beco do Macacum, freguesia de Santa Maria Maior, apresentado por José Proença – Equipamentos de Segurança, Lda. (proc° 11713/16, sub-proc° 2008001991), a Câmara, deliberou, por unanimidade, nos termos da informação da Divisão de Gestão Urbanística (refª CH 136/2016), deferir.-----

----- - (O processo agendado sob o número 121, (INDOLE) foi retirado).-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e cinquenta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 120/2016, publicada nos locais de estilo.